

FOCO

Letícia Moreira/Folhapress



Ventiladores comprados pelos próprios funcionários para suportar o calor dentro do Palácio da Justiça de Santos (SP)

Funcionários públicos de Santos param por falta de ar-condicionado

FOLHA VERÃO

JAMES CIMINO
ENVIADO ESPECIAL A SANTOS

Funcionários da Justiça Estadual e do escritório da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em Santos (litoral de São Paulo) estão parando de trabalhar por causa do calor deste verão. A temperatura na cidade ontem à tarde era de 31°C.

Na sexta passada, cerca de 250 funcionários do Palácio de Justiça da cidade interromperam suas atividades por uma hora para protestar contra a falta de ar-condicio-

nado nos três edifícios onde funcionam 30 cartórios de varas cíveis, criminais, de Família, Infância e Fazenda.

Na Anvisa, a situação é ainda pior. Além de não ter ar-condicionado, as salas não possuem nem sequer janela para ventilar. O trabalhadores decidiram, então, trabalhar apenas das 8h às 12h e após as 18h.

A chefe da seção de finanças do Palácio de Justiça, Mariângela Otero Pires Matias, espera há 25 anos por um ar-condicionado em sua sala no edifício, inaugurado em 1962. Ela se aposentará no segundo semestre.

Na sala, onde trabalham oito pessoas, há nove ventiladores: cinco foram comprados por ela e suas colegas e posteriormente doados ao fórum. "Para podermos usá-los aqui, era preciso doar."

A central elétrica do palácio tem de ser trocada para que suporte a carga dos cerca de 200 aparelhos necessários para solucionar o problema de calor nos três edifícios, por onde circulam cerca de 5.000 pessoas por dia, além de 1.100 funcionários.

"É desumano. Na quarta-feira passada, teve funcionário que desmaiou", conta o juiz-diretor do fórum, Ramon

Mateo Júnior.

Ele diz que o problema técnico está apenas no palácio. Nos outros dois edifícios, é possível fazer a instalação.

Os funcionários se dispuseram a comprar os aparelhos, mas a instalação depende de autorização do Tribunal de Justiça do Estado, que não tem verba para pagar o excedente de energia.

OUTRO LADO

O TJ-SP informou que prepara um estudo para resolver o problema em Santos, mas que esbarra no corte de orçamento. Este ano, de acordo com o TJ, o governo do Estado liberou só R\$ 5,6 bilhões, menos de metade da verba pedida pelo tribunal.

A Anvisa diz que mudará seu escritório em Santos nos próximos quatro meses.